

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
SOBRE O COORDENADOR.....	7
SOBRE OS AUTORES.....	9
1. O (necessário) aprimoramento normativo do Processo Administrativo brasileiro: a reforma proposta pelo PL n.º 2.481/2022.....	21
RAFAEL ARRUDA OLIVEIRA e VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO	
2. A nacionalização do Processo Administrativo brasileiro: uma alteração necessária.....	39
BERNARDO STROBEL GUIMARÃES, CAIO AUGUSTO NAZÁRIO DE SOUZA e LUCAS SIPIONI FURTADO DE MEDEIROS	
3. A nova LINDB e o Processo Administrativo: um toque de realidade no Processo Administrativo brasileiro.....	51
RAFAEL RAMOS	
4. O Processo Administrativo eletrônico e sua disciplina no Direito Administrativo brasileiro: entre novos desafios e velhos problemas.....	71
PATRÍCIA BAPTISTA e LEONARDO ANTOUN	
5. Desafios de utilização de Inteligência Artificial no Processo Administrativo eletrônico.....	93
IRENE PATRÍCIA NOHARA	
6. Duração razoável do Processo Administrativo como direito fundamental.....	107
ROGÉRIO GESTA LEAL	
7. Ampla defesa e contraditório em Tribunais de Contas.....	125
THAÍS MARÇAL e CAIO MACÊDO	

8.	O som do silêncio: notas para uma possível dogmática no Processo Administrativo brasileiro.....	131
	ANDRÉ CYRINO e LUCAS NANTET	
9.	A avaliação da qualidade da regulação e o Processo Administrativo.....	151
	RAFAEL VÉRAS DE FREITAS e JOSÉ EGÍDIO ALTOÉ JUNIOR	
10.	A preocupação com a regulação: a Análise de Impacto Regulatório (AIR) no anteprojeto de reforma da Lei n.º 9.784/99.....	185
	FLÁVIO GARCIA CABRAL	
11.	PL 2481/2022: uma nova processualidade normativa?.....	199
	ANDRÉ ROSILHO, JÉSSICA LOYOLA CAETANO RIOS e JULIANA BONACORSI DE PALMA	
12.	Consensualidade e Processo Administrativo.....	221
	ELISA BERTON EIDT	
13.	O negócio jurídico processual administrativo.....	237
	FLÁVIO AMARAL GARCIA, RODRIGO CRELIER ZAMBÃO DA SILVA e PEDRO LUCAS SANTOS BARRETO	
14.	Audiência Pública, Consulta Pública e outros instrumentos de diálogo no PL n.º 2.481/22.....	249
	PAULO MODESTO e CAMILA MODESTO	
15.	Alteração nas regras das Audiências Públicas e a previsão de Audiência Pública virtual.....	267
	PEDRO NIEBUHR	
16.	Decisão Coordenada.....	277
	FABRÍCIO MOTTA, CRISTIANA FORTINI e CAIO MÁRIO LANA CAVALCANTI	
17.	A decisão coordenada no Processo Administrativo: contexto, vetos e incidência ao processo regulatório.....	299
	JOSÉ VICENTE MENDONÇA e ANA LUIZA CALIL	
18.	A decisão coordenada e o Processo Administrativo brasileiro: reflexões sobre segurança jurídica e coordenação no âmbito da Administração Pública Nacional.....	313
	THIAGO PRIESS VALIATI e DANILO GUERREIRO DE MORAES	

19. Por um regime jurídico mínimo do Direito Administrativo Sancionador... ALICE VORONOFF	337
20. A cadeia de custódia no Processo Administrativo Sancionador MAURÍCIO ZOCKUN, ISABELLA CIMINO SCAFF e VITOR CASSEB PIRES	341
21. Os precedentes judiciais e administrativos na reforma da Lei do Processo Administrativo..... RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA	351
22. O artigo 49-J da proposta de reforma da Lei do Processo Administrativo e a questão dos precedentes administrativos: uma leitura a partir do Direito Administrativo brasileiro..... JOSÉ SÉRGIO DA SILVA CRISTÓVAM e JOSÉ CARLOS LOITEY BERGAMINI	373